

POLÍTICAS DE INOVAÇÃO EM SANTA CATARINA

Vinícius Yasuto Ikeda¹, Amanda Hoch², Luiz Ricardo de Souza³

¹Acadêmico(a) do Curso de Administração Pública CESFI - bolsista PROIP/UDESC

²Acadêmico do Curso de Administração Pública – CESFI - bolsista PROIP/UDESC

³ Orientador, Departamento de Governança Pública - CESFI – luiz.souza@udesc.br

Palavras-chave: Governança em rede, Sistemas de Inovação, Institucionalismo

O fenômeno da inovação tornou-se elementar para o desenvolvimento econômico e para as mudanças tecnológicas das nações nos séculos XX e XXI. Em face dessa situação, os Estados buscaram promover políticas na área da ciência e tecnologia (C&T) para gerar desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, inovações. Com a finalidade de desenvolver o Estado de Santa Catarina (SC), o governo, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, elaborou o Programa Catarinense de Inovação (PCI) que conta com a implantação de doze Centros de Inovação. Em vistas dessa situação, esta pesquisa teve como objetivo a análise de como acontece a dinâmica institucional no processo de implantação dos Centros de Inovação. Para isso, foram definidas ramificações teóricas para formar o quadro teórico da pesquisa: os Sistemas de Inovação (SIs) e a Governança em Rede.

Com a finalidade de atingir este objetivo foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa onde se buscou compreender os elementos da situação. Isso aconteceu através de um exame dos dados e documentos fornecidos pelo governo do Estado de SC e pelas entidades participantes do processo. Ainda, foram feitas leituras de artigos e livros em base de dados confiáveis de vertentes centrais e recentes sobre as teorias do referencial teórico com a finalidade de aprofundar-se sobre o tema.

Para a promoção da atividade inovativa, surgiram teorias científicas que fundamentam e legitimam a ação estatal acerca dos temas de inovação. Assim, surgiram as políticas de inovação que tinham como objetivo trazer desenvolvimento, conforto e qualidade de vida para as sociedades. Segundo a OECD (2005), as políticas de inovação passaram por três gerações. A primeira geração estava relacionada a um processo linear de inovação onde o governo investia em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para gerar novos produtos ou tecnologias. A segunda geração introduziu o panorama teórico dos SIs onde, além do P&D, leva-se em consideração como os fatores organizacionais, institucionais, políticos, econômicos e sociais influenciam o desenvolvimento e difusão de inovações tecnológicas e não tecnológicas (EDQUIST, 2005; CASSIOLATO, SZAPIRO, 2003). Por último, a terceira geração de políticas de Inovação introduziu a noção de governança para as relações dos sistemas de inovação. Esse panorama descrito até então, referiu-se a definição teórica dos SIs: as políticas de inovação.

A geração das políticas de inovação dos SIs introduziu o fator institucional e holístico para se fazer políticas públicas. Isso significa que o investimento não é o único meio para a

promoção da inovação em certos ambientes. A cultura, a mentalidade da população, as leis e organizações que envolvem o tema são imprescindíveis para se promover inovações.

No entanto, a terceira geração de políticas de inovação instituiu uma perspectiva organizacional para a análise do evento. Isso aconteceu através da percepção de que as organizações envolvidas com o fenômeno da inovação em uma região devem estabelecer uma relação de governança para a promoção do desenvolvimento regional (nível comum), bem como para sanar interesses e problemas próprios (nível particular).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J.; LASTRES, H; MACIEL Maria Lucia. (orgs). **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

EDQUIST, C. Systems of Innovation: perspectives and challenges. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R.R. **The Oxford handbook of innovation**. New York: Oxford University Press, p.181-208, 2005.

OECD (2005). **Governance of Innovation Systems: Volume 1: Synthesis Report**. Paris, OECD